

DIREITOS HUMANOS

Moçambique ainda tem muitos desafios pela frente

MOÇAMBIQUE ainda tem muitos desafios pela frente no que diz respeito aos direitos humanos, segundo constatou o primeiro relatório da Ordem de Advogados de Moçambique (OAM), lançado ontem na cidade de Maputo.

Conforme Nair Teles, uma das pesquisadoras envolvidas na produção do relatório, que se pretende anual, "o país ainda tem muito a caminhar nas questões de género, do idoso, albinismo e segurança alimentar, por exemplo".

Entretanto, reconheceu que há avanços significativos, na medida em que já se estabelece um diálogo permanente entre o Governo e a sociedade civil.

O documento produzido pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (CDHOAM)



Advogados querem contribuir para uma maior abordagem aos direitos humanos

avaliou o grau de cumprimento dos direitos humanos e os pontos fracos na implementação dos mesmos em 2015.

Portanto, mereceram a atenção do estudo o acesso à justiça, o sistema prisional e execuções arbitrárias, direitos sociais e económicos, grupos vulneráveis e minorias, tráfico de pessoas, liberdade de imprensa e acesso à informação e investimento

estrangeiro.

Nair Teles congratulou a OAM por ter apostado num estudo que envolveu as componentes social e jurídica, pois, conforme prosseguiu, permitiu explorar a problemática dos Direitos Humanos de forma mais profunda.

Por outro lado, segundo Ivete Mafundza, presidente da CDHOAM, as fontes para o relatório foram outros produzidos por

entidades nacionais e internacionais sobre o país, entrevistas e a apresentação e aplicabilidade dos instrumentos legais nacionais.

"O nosso objectivo é contribuir para a discussão sobre o assunto, denunciar as violações e deixar recomendações para que o cenário possa melhorar", referiu Ivete Mafundza.

Por sua vez, Flávio Menete, bastonário da OAM, disse que a

esperança é que os resultados divulgados no relatório levem a conhecimento da sociedade a situação dos direitos humanos no país.

"Neste trabalho os cidadãos encontrarão o elenco de leis, regulamentos, decisões judiciais e procedimentos administrativos relevantes neste domínio, com indicação dos que necessitam de revisão", acrescentou o bastonário.